

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
M P L A

A PROPOSITO DO PROBLEMA RACIAL
EM ANGOLA

BOLETIM DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA



CADERNO Nº 13
EDITADO pelo DOP
JUNHO/JULHO/AGOSTO/SETEMBRO/OUTUBRO
1974

Desde a sua origem o nacionalismo angolano moderno empenhou-se na luta contra o racismo.

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial nacionalistas de todas as raças e de todas as etnias começaram a agrupar-se em organizações de carácter social e cultural, onde, através da prática quotidiana, se salientaram os homens que mais tarde, em 1953, iriam fundar os primeiros partidos clandestinos.

Entre os fundadores do MPLA há militantes de todas as raças.

Mas o colonialismo e o imperialismo estavam à espreita e agiam na sombra. Logo desde o início esforçavam-se por tornar antagónicas as diferenças étnicas no seio do povo angolano e aprofundar a desconfiança entre as raças.

E assim é que, em 1961, sob instigação da UPA, há uma explosão violenta de racismo e de tribalismo.

Tal como não poderia deixar de ser, isto repercutiu-se no seio do MPLA, e lamentavelmente o Movimento de vanguarda do povo angolano teve de fazer marcha atrás para se perguntar se os mulatos eram ou não angolanos de pleno direito e para relegar para muito mais tarde a discussão da nacionalidade dos brancos nascidos em Angola.

Era, no entanto, manifesta a vontade firme do Movimento de dar uma solução justa ao problema racial, inscrevendo mesmo nas suas palavras de ordem "abaixo o racismo" e "abaixo o tribalismo".

O MPLA compreendia entretanto que a luta contra as taras sociais é prolongada e que só através da explicação paciente e da prática concreta poderiam ser ultrapassadas.

É natural que o Movimento seguisse com atenção e profunda simpatia a luta contra os mesmos males travados pela Frelimo e pelo PAIGC, regozijando-se com as suas vitórias e entristecendo-se com as suas derrotas temporárias.

Houve sempre nas cadeias e campos de concentração fascistas militantes brancos orgulhando-se de ser do MPLA.

A partir de 1964 e graças ao trabalho de politização feito pelo Movimento, é de novo possível que militantes brancos participem directamente nas tarefas de libertação.

As Conferências Regionais de 1968 aconselham a discussão profunda da questão racial no Congresso do MPLA.

Mas mesmo sem o Congresso, a direcção, com o consentimento do grosso dos militantes, toma a iniciativa de pôr os militantes brancos em contacto directo com as massas populares. O balanço deste acto corajoso foi largamente positivo.

Enfim, em 1974, na Conferência Inter-Regional de Militantes, a questão foi discutida em profundidade. Degladiaram-se duas teses opostas, acabando por vencer a linha justa, que considera angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola independentemente de quaisquer considerações raciais ou étnicas. A partir deste momento o estatuto dos militantes brancos do Movimento ficou claramente definido.

I. A TESE RÁDICA NA SUA ESSÊNCIA

A contradição principal na Angola colonial é entre o colonizador e o colonizado. Acontece que coexistem em Angola uma comunidade branca e outra negra e que essas comunidades coincidem com os dois aspectos da contradição principal que são, respectivamente, colonizador e colonizado. Logo toda a comunidade branca é colonizadora e por conseguinte exploradora.

Pode-se argumentar de outra maneira: o colonialismo é um sistema, mas tem os seus suportes humanos nas colónias, que são os colonos. Ora os colonos são brancos.

Argumentando de qualquer das duas maneiras conclui-se que a comunidade branca não faz parte do povo angolano nem da nação angolana.

São povo angolano todas as classes que constituem a comunidade colonizada e que portanto estão interessadas (e de facto participaram) na luta.

A prova de que a comunidade branca não é angolana é que ela não participou na luta. As poucas excepções que existem referem-se a meia-dúzia de indivíduos brancos e não à comunidade branca em geral.

Em síntese, a contradição principal em Angola materializa-se em duas raças. Actualmente a nossa luta não é de classes mas contra o inimigo externo.

Os brancos em Angola, pelo facto do colonialismo, beneficiaram sempre dum estatuto de privilégio. Por isso as contradições em Angola não são do tipo capitalista simples: entre o operário branco e negro as contradições podem ser antagónicas. De facto o estatuto do operário branco deve ser estudado com atenção, e três hipóteses são de considerar:

- 1-são igualmente exploradores;
- 2-não pertencem à classe operária devido aos privilégios;
- 3-não passam dum aristocracia operária.

Da mesma maneira há contradições antagónicas entre proprietários brancos e negros. Os negros não podem ascender em toda a pirâmide social: por exemplo, não há em Angola uma burguesia financeira negra.

Há uma coincidência entre factor rácico e conteúdo de classe. Há uma raça exploradora que é a branca.

Mesmo os brancos que nasceram em Angola não devem ser considerados angolanos uma vez que nasceram numa "Angola Portuguesa", como portugueses, portanto o meio ambiente mal se reflectiu neles, o que significa que o "jus soli" não é aplicável neste caso. A mentalidade dos brancos é por conseguinte diferente da angolana. Eles são chauvinistas nacionais portugueses.

Isto é afinal absolutamente natural, porque os brancos nasceram acidentalmente em Angola.

Caso se reconheça a nacionalidade angolana aos brancos nascidos em Angola, as consequências desse acto serão múltiplas e extremamente graves:

- 1º-será difícil refutar a representatividade dos elementos do governo provisório;
- 2º-os brancos formarão exércitos racistas "angolanos" que se oporão ao nosso;
- 3º-as massas populares desligar-se-ão do MPLA juntar-se-ão à FNLA.

A linha política do MPLA que consiste em considerar angolanos os brancos nascidos em Angola está, pois, errada. E mesmo tãcticamente é um erro, porquanto é mais provável que os brancos se liguem à Unita que ao MPLA.

Só a camada negra é constituída de classes que estão interessadas na luta de libertação nacional. E não há um só negro, seja ele TE ou GE, que tenha agido contra o seu povo sem ter sido coagido física ou espiritualmente.

II. NAÇÃO, POVO E CLASSES

Nação é um agrupamento humano historicamente constituído, apresentando uma série de características fundamentais:

- 1º-Comunidade de território: toda a nação está inscrita num território determinado;
- 2º-Comunidade de vida económica: um mercado nacional único estabelece vínculos económicos sólidos e permanentes entre as várias regiões dum território nacional;
- 3º-Comunidade de língua; todos os indivíduos da mesma nação falam a mesma língua;
- 4º-Há uma cultura nacional, reflexo de uma certa comunidade psicológica.

A nação é um produto típico do capitalismo nascente.

A história ensina-nos que as nações actuais se formaram independentemente das antigas comunidades tribais, étnicas ou raciais, e são mesmo amálgamas de tri-

bos, étnias e raças. Por exemplo, a nação portuguesa resulta de uma amálgama de vários povos, celtas, iberos, fenícios, gregos, cartagineses, romanos, visigodos, árabes, berberes e mesmo alguns escravos negros.

Como categoria histórica que é, o conceito de "povo" evolui com o tempo, sendo determinado pela contradição principal que em cada momento separa as grandes massas populacionais dos seus inimigos.

Assim, na etapa actual, todas as classes que constituem a nação angolana estão objectivamente em oposição ao colonialismo português, pelo que todas elas formam o Povo angolano.

Uma parte daquilo que em regime colonial era povo separa-se deste em regime neocolonial e constitui-se em burguesia compradora.

Classes são grandes grupos de pessoas que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema histórico determinado da produção social, pela sua relação (às mais das vezes fixada e consagrada pelas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho, e portanto, pelos modos de obtenção e importância da parte das riquezas sociais de que dispõem. Classes são grupos de homens em que alguns se podem apropriar do trabalho dos outros, em virtude do lugar diferente que ocupam numa estrutura determinada, a economia social.

Em conclusão: tanto o conceito de nação, como o de povo ou de classe não contém o elemento raça. Muito pelo contrário, todas estas realidades se formam independentemente de raças ou etnias, sendo mesmo amálgamas de raças e etnias.

III. A TESE NÃO RACIAL

A contradição principal em Angola não é entre colonizador e colonizado, mas sim entre o colonialismo e a nação angolana.

Ora, o colonialismo actual é um sistema de exploração do imperialismo, caracterizado pela dominação política, económica e social dum país (colónia) pela burguesia do país dominador (imperialista). Repetimos, burguesia do país dominador e não nacionalidade exploradora.

Não se deve confundir colonialismo, que é um sistema, com colono ou colonizador, que são pessoas que ocupam determinado lugar nesse sistema.

Existem efectivamente colonos e colonizados em Angola, que se encontram em conflito. Mas essa contradição é secundária.

Não há dúvida que no seu conjunto o colonizador beneficia de um estatuto de privilégio. Mas será um erro ver no colonizador um bloco compacto; com efeito, essa grande massa é constituída de diferentes classes sociais, desde os trabalhadores á grande burguesia.

Da mesma maneira, os colonizados são um complexo de diferentes classes, sendo algumas exploradoras, outras exploradas.

Ver nos operários brancos exploradores só pelo facto de serem privilegiados em relação ao grosso (e não à totalidade) dos trabalhadores é profundamente errado, pois, objectivamente, os trabalhadores brancos também são explorados, também produzem mais-valia para o capitalista. E se eles constituem uma aristocracia operária, também os negros em condições idênticas são parte dessa camada social.

E sobretudo é um erro que as massas operárias dum colónia desviem os seus ataques da burguesia estrangeira exploradora para os trabalhadores da potência colonizadora ou para os trabalhadores brancos das colónias. É isso mesmo que o inimigo pretende.

Por conseguinte, a contradição entre colonizado e colonizador é multifacética, ou melhor, há várias contradições, sendo uma antagónicas outras não.

Pelo que atrás foi dito depreende-se que não é verdade que haja coincidência absoluta entre os binómios colonizador-colonizado, explorador-explorado, branco-negro, isto é, que haja coincidência absoluta entre factor rácico e conteúdo de classe. E mesmo que assim fosse, nunca dessa coincidência se poderia concluir: logo, o branco é explorador ! Isso seria criar um novo princípio filosófico, completamente ilógico, que seria: "o que coincide, é" !

E é completamente absurdo afirmar-se que a contradição principal em Angola se materializa em duas raças. Já vimos anteriormente que explorador não coincide em absoluto com branco, e que mesmo que coincidisse, tal não quererá dizer nada. Aliás, jamais na história uma contradição entre duas raças foi uma contradição principal, foi o motor dum progresso qualquer.

Pelo contrário, o factor raça é sempre secundário e só pode ser aparentemente principal quando manobradores manipulem a opinião pública. É uma conquista fundamental da humanidade a consagração do princípio da não consideração do factor rácico.

Outra vitória ainda maior é o princípio do internacionalismo proletário, que é a expressão máxima da solidariedade, a solidariedade entre os proletários de todo o mundo, independentemente de quaisquer considerações raciais ou nacionais.

Também não é verdade que a nossa luta não seja de classes mas sim contra o inimigo externo. Desde que as sociedades se estratificaram em classes, toda a História da Humanidade tem sido, na sua essência, a história da luta de classes. De acordo com esta óptica justa compreende-se que a luta de Angola também é uma luta de classes, em que a burguesia exploradora é estrangeira.

A História antiga da Humanidade era marcada por grandes migrações de povos, que se entrecrocavam, se guerreavam, se escravizavam uns aos outros, se interpenetravam. E esses movimentos não foram casuais; foram resultado do facto de se ter atingido determinado nível das forças produtivas e de organização social.

Por conseguinte não é por acaso que as potências europeias se expandiram para o resto do mundo. O colonialismo não é um acaso.

Não é um acaso que os países da América Latina, a África do Sul, Angola ou Moçambique se tenham tornado colónias de povoamento europeu. Não é por acidente que várias dezenas de milhar de brancos nasceram em Angola.

Ao longo dos séculos vários povos de diferentes origens foram ocupando o território da actual Angola. O colonialismo, pela força das armas, definiu as fronteiras do país e nos alvares deste século começou a introduzir as relações capitalistas.

Ora são essas relações capitalistas a causa do nascimento da nação angolana, pois instituem um mercado único sobre o território angolano e desencadeiam, através da grande interpenetração dos homens, o processo de formação duma comunidade psicológica.

Os brancos estão, pois, desde os primeiros balbuciantes da nova nação.

E, repetimos, Angola é uma colónia de povoamento. Ao contrário da Guiné, os brancos de Angola não eram somente soldados, funcionários e comerciantes de feitorias, mas radicaram-se no país, alguns já há várias gerações, e são hoje uma comunidade constituída de diferentes classes.

A História Universal mostra-nos inúmeros casos de povos invasores que acabaram por ser considerados "nacionais" nos países invadidos: os romanos na Europa, os Árabes no Norte de África, os espanhóis na América Latina. Hoje em dia torna-se evidente que os brancos da África do Sul são sul-africanos e que a solução do problema desse país deve ser encarado no âmbito da luta de classes.

Do ponto de vista jurídico há dois critérios para a atribuição da nacionalidade: o "jus soli" e o "jus sanguini".

O "jus sanguini", ou direito de sangue, é o primeiro desses direitos, e tem a sua origem na própria concepção de clã, que é uma comunidade de pessoas do mesmo sangue.

Mas as sociedades evoluem, delimitam-se os territórios, aparecem as classes e os reinos política e administrativamente organizados e englobando várias etnias. Surge então um novo conceito, o "jus soli", ou direito do solo, que considera "nacional" todo o indivíduo nascido num determinado território, independentemente do seu sangue.

Com o andar dos tempos, o jus soli tende a ultrapassar o jus sanguini porque as nações modernas não são comunidades de sangue. Aliás as modernas teorias sociais provam que o homem é essencialmente influenciado pelo meio ambiente e não pela sua etnia ou raça.

Não é pois correcto afirmar-se que os brancos naturais de Angola são, no seu todo, "chauvinistas nacionais portugueses". Há-os em bom número, é verdade. Mas na sua maioria querem a independência de Angola, embora raramente com as características sociais que o MPLA quer dotar o país.

A propaganda colonial-fascista fez tudo por afastar os brancos da luta de libertação nacional, inculcando-lhes a ideia que a independência significaria expulsão dos brancos. Mas os mais conscientes souberam ver claro no meio da bruma colonial.

O argumento de que a comunidade branca não faz parte da nação pelo facto de ser privilegiada, não tem sentido, e é mesmo perigoso na medida em que com a máxima facilidade pode ser estendido aos mulatos e negros "assimilados". Sobretudo contra os mulatos é fácil argumentar que nasceram acidentalmente em Angola, uma vez que "seus pais" também se instalaram por acaso no país. Aliás foi o que sucedeu em 1961, quando a UPA alcançou grandes sucessos iniciais atacando ferozmente os mulatos e negros privilegiados, o que provocou o assassinato de milhares de inocentes e de patriotas. O MPLA lutou sempre corajosamente contra tais desvios, mesmo com o risco de perder a audiência junto das largas massas populares, por estarem inicialmente pouco politizadas.

O MPLA é o único partido em que os mulatos são realmente considerados angolanos de pleno direito. O que hoje parece evidente é o resultado duma longa luta política de treze anos, tanto no interior do Movimento e de Angola, como no exterior, contra os preconceitos de África.

Se se adopta o princípio de que os brancos podem continuar em Angola, mas como estrangeiros, criar-se-á desse modo uma grande comunidade estrangeira em Angola, com um estatuto de privilégio definido em acordos internacionais com o governo português. Se, pelo contrário, esses brancos são considerados angolanos, serão tratados como qualquer angolano, sem que nenhum estado estrangeiro os possa proteger.

Há em Angola muitas classes exploradoras de todas as raças. E o problema futuro põe-se em termos de luta de classes, no interior do país, independentemente da cor de cada um.

A experiência africana diz-nos que o neocolonialismo, que é o inimigo número um de África, é construído com uma burguesia compradora negra, que não precisa de ser muito numerosa para ser eficaz e pode ser criada em curtíssimo espaço de tempo pelo imperialismo. E essa burguesia, para se assentar no poder, utiliza a arma abjecta do tribalismo (e também do racismo!). Portanto é dentro desta grande perspectiva que, desde já, devem ser encarados os problemas de Angola.

Mais uma vez se repete que o problema deve ser sempre visto em termos de classe. A propósito das guerras nos Balcãs pela libertação do jugo turco, dizia Lenin em 1912:

"Se a Macedónia tivesse sido libertada por uma revolução, quer dizer, pela luta dos camponeses servos, búlgaros e turcos contra os proprietários de todas as nacionalidades (e contra os governos desses proprietários), é provável que essa libertação tivesse custado aos povos dos Balcãs cem vezes menos vidas humanas que a guerra actual. Teria custado infinitamente menos caro e teria sido infinitamente mais completa".(1)

São de frizar dois aspectos essenciais:

a-embora a luta na Macedónia (parte da Jugoslávia) fosse contra o jugo turco, também os camponeses turcos deveriam participar nela, e essa luta deveria ser contra todos os grandes proprietários, independentemente de serem autóctones ou não;

b-só dessa maneira, quer dizer, com um carácter de classe bem arreigado, a luta seria realmente consequente, seria uma revolução.

A propósito das três "consequências graves" para o Movimento em virtude do reconhecimento da nacionalidade angolana aos brancos nascidos em Angola há a dizer o seguinte:

1º-qualquer que seja a raça dos governantes actuais de Angola é sempre fácil refutar a sua representatividade, desde que não sejam mandatados pelo MPLA.

2º-os exércitos racistas do tipo "Esina" formam-se independentemente de qualquer critério de nacionalidade, e em quaisquer circunstâncias devemos-nos opor a eles pela violência.

3º-tenhamos em conta uma declaração de Holden Roberto: "cidadão angolano é aquele que, sem diferença de qualquer tipo, e salvo pedido em contrário, tenha nascido em Angola; mas também se pode acordar a nacionalidade angolana àqueles que, aceitando e submetendo-se à soberania e à constituição do país e dispondo-se a perder a nacionalidade anterior, assim o desejem e como tal sejam aceites pelas instituições jurídicas e nacionais".(2) É óbvio que Holden fez esta declaração por oportunismo. Seja como for, ele foi obrigado a fazê-la, forçado pela situação concreta em Angola. Sendo assim não parece muito provável que as massas populares se afastem do MPLA por ter dito a mesma coisa.

É dar mostras de ingenuidade afirmar que todos os angolanos que colaboraram com o colonialismo, incluindo os TE e CE, o tenham sido por coacção física ou espiritual. Ou então trata-se de puro malabarismo político, uma vez que a expressão "coacção espiritual" pode ser interpretada da maneira que se quizer, de tal modo que - virando o feitiço contra o feiticeiro - se pode dizer que também os brancos foram coagidos espiritualmente a lutar contra os nacionalistas !

Moçambique, tal como Angola, é uma colónia de povoamento e defronta-se por conseguinte com os mesmos problemas. A FRELIMO soube resolvê-los da melhor maneira. Na "Mensagem do Presidente da Frelimo por ocasião da investidura do Governo de Transição de Moçambique" diz-se: "Que ninguém pretenda ver neles (dirigentes da Frelimo) representantes de uma raça, etnia, região ou crença religiosa. Eles representam o povo trabalhador, os seus sacrifícios e as suas aspirações, o Povo inteiro do Rovuma ao Maputo, sem distinção de raça, etnia ou religião. Lutamos e continuaremos a lutar pela mesma Nação, pelo ideal único de libertação da nossa terra e do nosso povo".

Continua Samora Machel: "Finalmente queremos dirigir-nos à população branca

(1)-Lenin, "a significação social das vitórias servas e búlgaras", tomo 18, página 407 da edição francesa.

(2)-in "O Século" de 21/9/74

de Moçambique, quer moçambicana, quer portuguesa e estrangeira em geral. A primeira palavra que lhes queremos transmitir é uma palavra de tranquilidade e de confiança. A FRELIMO nunca lutou contra o povo português ou contra a raça branca. A FRELIMO é a organização de todos os moçambicanos sem distinção de raça, de côr, de etnia ou de religião. A nossa luta sempre se dirigiu contra o sistema colonial de opressão e de exploração; por isso todos aqueles que vivem do seu trabalho honesto, e que sabemos constituírem a esmagadora maioria da população branca, tem uma contribuição positiva a dar à reconstrução nacional do nosso país, com todo o Povo Moçambicano".

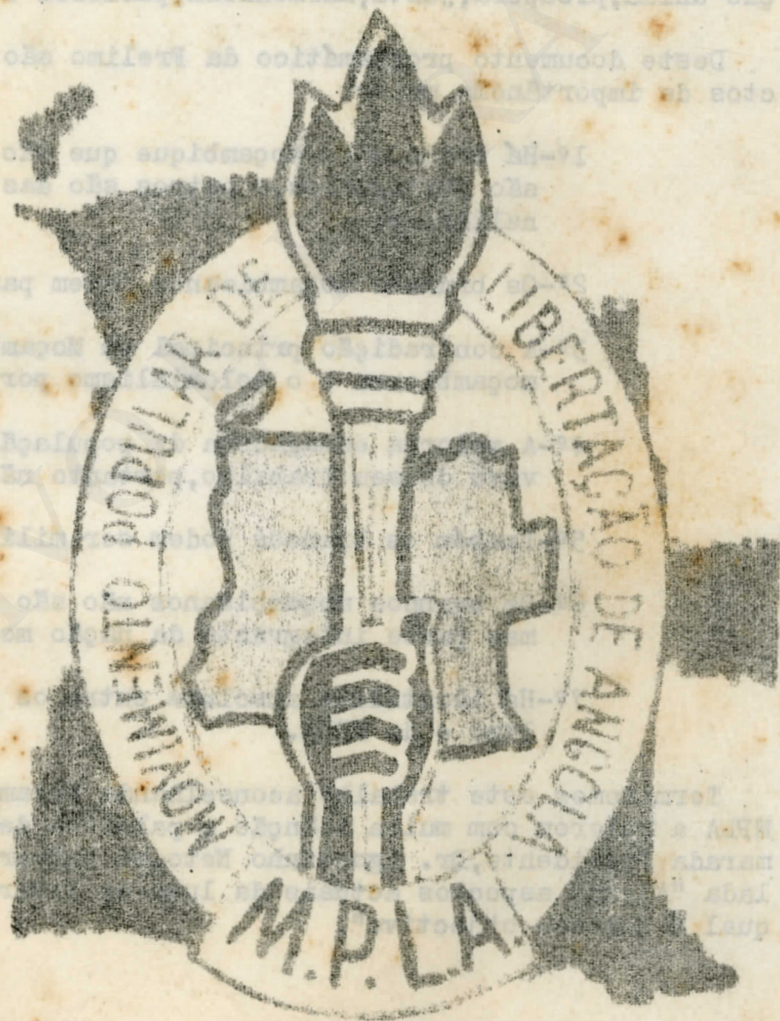
E mais adiante: "Queremos chamar a atenção para o facto de que, não se definindo a qualidade de moçambicano pela côr, língua, crença religiosa, origem social ou sexo, devemos enérgicamente combater a noção de minoria que se quer inculcar em especial aos moçambicanos brancos. Não há minorias, não há direitos ou deveres especiais para qualquer sector do Povo moçambicano: somos todos moçambicanos com os direitos que o trabalho nos confere, com o idêntico dever de construir a Nação unida, próspera, justa, harmoniosa, pacífica e democrática".

Deste documento programático da Frelimo são de destacar os seguintes aspectos de importância maior:

- 1º-Há brancos em Moçambique que são moçambicanos, outros são portugueses, e outros são das mais diferentes nacionalidades;
- 2º-Os brancos moçambicanos fazem parte da nação moçambicana
- 3º-A contradição principal em Moçambique é entre a nação moçambicana e o colonialismo português;
- 4º-A maioria esmagadora da população branca de Moçambique vive do seu trabalho, portanto não é exploradora;
- 5º-Também os brancos podem ser militantes da Frelimo;
- 6º-Os brancos moçambicanos não são uma minoria nacional, mas parte integrante da nação moçambicana;
- 7º-Há identidade absoluta entre os pontos de vista da Frelimo e do MPLA.

Terminemos este trabalho aconselhando vivamente a todos os militantes do MPLA a relerem com muita atenção a palestra de importância fundamental do camarada Presidente, Dr. Agostinho Neto, na Universidade de Dar-es-Salaam, intitulada "Alguns aspectos actuais da luta de libertação nacional: Quem é o inimigo, qual é o nosso objectivo".

O D O P



**UNIDOS venceremos
divididos seremos
fracos!**